PESQUISA - **Recuperação Judicial** – (23/01/2024)

Livro que tem na Biblioteca

SILVA, Renaldo Limiro da. **A recuperação judicial comentada artigo por artigo:**(Lei 11.101/05). 2.ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2019

BASTOS, Antônio Adonias, TOMAZETTE, Marlon; GOMES, Tadeu Alves Sena. A recuperação judicial como processo estrutural. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 330, p. 263-292, ago. 2022.

CARVALHO FILHO, Antônio; CARVALHO, Luciana Benassi Gomes. Recuperação judicial e o voluntarismo judicial. **Revista Brasileira de Direito Processual**, Belo Horizonte, v. 27, n. 106, p. 83-95, abr./jun. 2019.

COSTA, Daniel Carnio. O administrador judicial no Projeto de lei nº 10.220/2018 (nova Lei de Recuperação Judicial e Falências). **Revista Brasileira de Direito Comercial**, Porto Alegre, v. 5, n. 27, p. 86-97, fev./mar. 2019.

GARCIA, Rodrigo Saraiva Porto. Novas tendências para a venda de ativos na recuperação judicial: avanço ou retrocesso do novo regime de impugnações? **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 1048, p. 133-164, fev. 2023.

GOMES, Tadeu Alves Sena. O âmbito da norma dos objetivos específicos da recuperação judicial. **Revista de Análise Econômica do Direito**, São Paulo, n. 2, jul./dez. 2021.

LOHBAUER, Armin; TUCUNDUVA, Rachel Ferreira Araújo. Recuperação judicial: panorama de 14 anos da jurisprudência do STJ. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 39, n. 141, p. 25-32, abr. 2019.

PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge; LIMA, Suzyane Moura. Ensino-aprendizagem da recuperação judicial mediante o método do caso: uma estratégia de aproximação entre o direito empresarial visto na sala de aula e a realidade da prática profissional. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 1038, p. 189-202, abr. 2022.

VASCONCELOS, Ronaldo; HANESAKA, Thais D’Angelo da Silva; CARNAÚBA, César Augusto Martins. Mediação na recuperação judicial: paralelos com a evolução estrangeira. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 16, n. 62, p. 45-81, jul./set. 2019.

**Cooperação Judiciária**

ARAGÃO, Nilsiton Rodrigues de Andrade. A atuação dos sujeitos processuais na cooperação judiciária nacional: entre o dever do juiz de realizar e o direito da parte de participar. **Revista ANNEP de Direito Processual**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 211-223, jul./dez. 2020.

ARAGÃO, Nilsiton Rodrigues de Andrade. Fundamentos da cooperação judiciária nacional. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. 21, n. 3, p. 450-474, set./dez. 2020.

ARAGÃO, Nilsiton Rodrigues de Andrade. Potencialidades e limites da cooperação judiciária nacional. **Civil Procedure Review**, v. 11, n. 1, p. 33-58, 2020.

ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. A cooperação nacional como mecanismo de coletivização: algumas questões preliminares. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 45, n. 310, p. 173-201, dez. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Temas de cooperação internacional**. Brasília: Ministério Público Federal, 2015.

COSTA, Rosalina Moitta Pinto da. A cooperação judiciária como técnica de gestão processual para a modificação de competência visando evitar decisões conflitantes. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 1-18, 2021.

LÂMEGO, Gustavo Cavalcanti. As transformações na garantia do juiz natural e suas implicações na cooperação judiciária nacional do CPC de 2015. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 110, n. 1023, p. 209-233, jan. 2021.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da; GHIO, Emilie (org.). **Princípios gerais da cooperação jurídica internacional**: uma abordagem temática e comparativa. Niterói, RJ: Nupej, 2020.

SUASSUNA, Marcela Melichar; CARRARA, Bernardo Vieira Klüppel. A cooperação judiciária entre arbitragem e justiça: comentários sobre a Resolução CNJ 421/2021. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 19, n. 72, p. 43-55,

jan./mar. 2022.

-----------------------------------------------------------------------------------------------------------

BARREIROS, Amanda de Santana. A cooperação judiciária como garantia do princípio da preservação da empresa: a hipótese do §7°-B do art. 6° da lei n° 11.101/2005. **Revista ANNEP de Direito Processual**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 18-29, jul./dez. 2023.

BEGA, Patricia Fernandes; MOREIRA, Alexandre Magno Augusto. O princípio da cooperação judiciária do Novo Código de Processo Civil: uma análise a partir da proteção ao trabalhador frente ao instituto da recuperação judicial. **Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça**, Brasília, v. 2, n.1, p.301-322, jan./jun. 2016.

CESARINI, Arthur Fonseca. A cooperação jurisdicional na recuperação judicial. **OAB Campinas**, Campinas. Disponível em <https://oabcampinas.org.br/a-cooperacao-jurisdicional-na-recuperacao-judicial-2/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

COSTA, Daniel Carnio. A cooperação jurisdicional entre o juízo da recuperação judicial e os juízos fiscais e cíveis (art. 6º, parágrafos 7-a e 7-b). **Migalhas**, 3 maio 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/insolvencia-em-foco/365049/cooperacao-jurisdicional-entre-recuperacao-judicial-fiscais-e-civeis>. Acesso me: 22 jan. 2024.

DIDIER JR., Fredie; EID, Elie Pierre; ARAGÃO, Leandro Santos de. Recuperação judicial, execução fiscal, stay period, cooperação judiciária e preservação da empresa: **c**ompreendendo o § 7º-B do Art. 6º da Lei 11.101/2005. **Revista de Processo**: RePro, São Paulo, v. 47, n. 323, p. 277-303, jan. 2022.

OLIVEIRA, Cecília Barbosa de Sousa. **A influência do princípio da cooperação jurídica internacional como garantidor do princípio da territorialidade na recuperação judicial de empresas multinacionais**. 2018. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade

Federal da Paraíba - UFPB, Santa Rita, 2018

PIMENTEL, Bárbara Teixeira. **A adoção da cooperação judiciária para a prática de atos de constrição na execução fiscal promovida em face da empresa em crise**: o modelo compartilhado de exercício da jurisdição. 2022. Trabalho de conclusão de curso. (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cooperação entre tribunais reforça ações de recuperação judicial. **Conselho Nacional de Justiça**, Brasília, 5 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cooperacao-entre-tribunais-reforca-acoes-de-recuperacao-judicial/>. Acesso me: 22 jan. 2024.

Encontrei também um vídeo no Youtube que fala do assunto.

**II Encontro Nacional de Magistrados(as) de Cooperação** (2023)

<https://youtu.be/pyJE2BfZ0ps?t=7015>